



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA GERÊNCIA-EXECUTIVA DO INSS EM PIRACICABA

Data: 25/10/2017

Horário: 9 h

Local: Sala de reuniões da Gerência Executiva, à Travessa Antônio Pedro Pardi, 111 /
Vila Monteiro – Piracicaba / SP

I – PRESENCAS

CONSELHEIROS

Representantes do Governo

Ana Lydia Botão Pereira – Presidente

Clarêncio Vitti – Serviço de Benefícios – INSS – Titular

Lydia Helena Fagundes Guimarães Gobbato – INSS – Titular

Representantes dos aposentados e pensionistas

Maurício Aparecido Alves – Associação dos Aposentados de Limeira – Titular

Representantes dos trabalhadores

Olívia Brossi – CONESPI – Titular

William da Silva – Sindicato dos Bancários de Limeira e Iracemápolis – Titular

Representantes dos empregadores

Antônio Eduardo Francisco – CIESP Limeira - Titular

Simone Torrezan – Sindicato Rural de Piracicaba – Suplente

CONVIDADOS

Solange Nogueira Gouveia – SEEB Limeira

II – AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

João Carlos da Silva – Associação “Eclética” - Titular

Talita Fortuoso – ACIPI – Titular

Alex Assis Paes – CONESPI – Suplente

Milton Valdrigh – Seção de Atendimento – Titular

João Balarin Gonçalves – Associação “Eclética” - Suplente

III – AUSÊNCIAS NÃO JUSTIFICADAS

Aparecida de Jesus Pino Camargo – Sindicato dos Trabalhadores Rurais – suplente

IV – ABERTURA

Verificada a existência de quorum, às 09h15min, a Presidente Ana Lydia Botão Pereira abriu a 114ª reunião do Conselho de Previdência Social de Piracicaba cumprimentando a todos os presentes.

V – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

A ata da CXIII reunião deste CPS, ocorrida em 27 de setembro de 2017 e enviada previamente às entidades representadas foi aprovada sem restrições.

VI – APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA

- 1- Indicação de conselheiros
- 2- Informes Gerais

VII – ORDEM DO DIA

1 – Indicação de Conselheiros

Foram entregues os ofícios para indicação dos conselheiros para o mandato 2018-2019 da ATAPIL, representação dos aposentados Maurício Aparecido Alves e Renilson Alves Ferreira; do CIESP, representação dos empregadores Antônio Eduardo Francisco; do SINDIRPI, representação dos empregadores Silvanete Borges Neves; do Sindicato dos Bancários de Limeira, representação dos trabalhadores Solange Nogueira Gouveia e Gilberto Ferreira de Camargo; do Conespi, representação dos trabalhadores Olívia Brossi e Alex de Assis Paes. A ACIPI apresenta ofício justificando a impossibilidade de indicar uma representação de empregadores para o mandato 2018-2109.

2- Informes Gerais

Em celebração do Dia D, comemorado em 29 de setembro, o Núcleo Local de Educação Previdenciária e a Equipe de Reabilitação Profissional da APS Araras promoveram pela primeira vez o encontro Reabilitação Profissional e Direitos da Pessoa com Deficiência: Legislação Previdenciária e Assistencial. O objetivo foi atender, informar e orientar a Pessoa com Deficiência para sua inclusão no mercado de trabalho. O encontro ocorreu no dia 28 de setembro, na Universidade Aberta do Brasil (UAB) – Polo Araras, na Avenida Nestlé, 58, Vila Michelin, e foi direcionado aos profissionais de recursos humanos e saúde do trabalhador de empresas do município, aos técnicos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae Araras) e da Associação para Valorização e Inclusão das Pessoas com Deficiência de Araras (Avida) e aos segurados da APS Araras em Programa de Reabilitação Profissional. No total, 40 pessoas participaram do encontro. Na ocasião, foram abordados assuntos como o Artigo 93 da Lei 8.213/91, que prevê a reserva de cargos em empresas com cem ou mais empregados a pessoas com deficiência ou beneficiários do INSS reabilitados. Também foram abordados temas como: Reabilitação Profissional, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a Aposentadoria para Pessoa com Deficiência. Em Piracicaba, a Secretaria Municipal do Trabalho e Renda (Semtre)

promoveu, em parceria com o INSS e com o Ministério do Trabalho, o Dia de Inclusão Social e Profissional das pessoas com deficiência. Participaram da ação 12 empresas de metalurgia, montadoras, supermercados, atacadistas e drogarias, além de um representante de uma rede de ensino. O evento ocorreu na sexta-feira (29), contou com três tradutores de Libras e um público aproximado de 50 pessoas.

Ação Civil Pública (ACP) nº 5027299-68.2017.4.04.7000/PR, em trâmite na 17ª Vara Federal de Curitiba/PR, que determinou ao INSS, nacionalmente, que decida sobre a concessão ou não dos benefícios de salário-maternidade no prazo de trinta dias, a contar do efetivo agendamento de atendimento para requisição do benefício por meio eletrônico ou telefônico. A análise dos requerimentos de salário-maternidade seguirão os mesmos ritos processuais, não havendo nenhuma alteração das regras e requisitos previstos na legislação previdenciária. Para os requerimentos em que não seja apresentada toda a documentação necessária para se concluir a análise do benefício, deverá ser emitida carta de exigências, elencando as providências e documento necessário, com prazo mínimo de trinta dias para cumprimento, na forma do art. 678 da Instrução Normativa nº 77/PRES/INSS, de 21 de janeiro de 2015. Nestes casos, considerando a impossibilidade de conclusão do requerimento face à falta de todos os elementos necessários para a decisão de conceder ou indeferir, não haverá descumprimento da Ação Civil Pública, pois o INSS deu o correto atendimento dentro do prazo judicialmente fixado. No memorando é destacado que o requerente tem direito de declarar não possuir os documentos solicitados na carta de exigência, devendo fazê-lo formalmente a fim de possibilitar a conclusão do processo. A determinação judicial produz efeitos para agendamentos a partir de 13 de setembro de 2017 e tem abrangência nacional. Por último, no documento é informado que os requerimentos de salário-maternidade pendentes de exigência deverão ser monitorados e dada prioridade quando do cumprimento ou prazo expirado, visando à análise e conclusão dos mesmos e, se possível, concluído o processo de imediato, quando houver o cumprimento da mesma.

Memorando da DIRBEN informa sobre exclusão de órgãos pagadores de Banco Postal. A operação envolve transferência de mais de 130 mil benefícios em setembro e outubro/2017. O Memorando-Circular nº 34/2017 da Diretoria de Benefícios (DIRBEN) esclarece que, por solicitação do Banco do Brasil, 1.836 bancos postais foram encerrados como Órgãos Pagadores (OP) de benefícios do INSS. Esta decisão resultou na transferência de 137.962 benefícios na microrregião do mesmo município do OP que foi encerrado. Os 1.231 benefícios de alguns órgãos encerrados foram transferidos para

microrregiões fora dos respectivos municípios por solicitação do próprio segurado. Os comandos foram realizados nas competências de setembro e outubro/2017. As Centrais de Atendimento 135 e o Sistema CONSULTAR (Comunicado nº 9) também possuem a relação dos benefícios transferidos.

Presidente do INSS assina acordo com Fiesp/Senai em São Paulo. O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Leonardo Gadelha, esteve dia 06/10/2017 na cidade de São Paulo para assinar um acordo na área de Reabilitação Profissional com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo (Senai-SP). A parceria foi firmada pelo presidente do INSS, Leonardo Gadelha, e pelo presidente da Fiesp, Paulo Skaf. Também esteve presente no encontro, acompanhando o presidente Gadelha, o superintendente regional da Sudeste I, José Carlos Oliveira, além de integrantes da direção das duas entidades. O objetivo do acordo é otimizar o processo de reabilitação profissional dos segurados incapacitados para o trabalho, promovendo a redução do tempo de afastamento do trabalhador, com vistas ao seu retorno e à permanência na vida profissional. O Senai-SP oferecerá até 500 bolsas de estudo em cursos de qualificação profissional, nas mais diversas áreas tecnológicas. Essas bolsas serão destinadas a funcionários de empresas contribuintes do Sesi/Senai que tenham mais de 18 anos, ensino fundamental completo e que apresentem declaração de baixa renda. Depois da assinatura, o presidente Gadelha disse que se trata de uma parceria em que todos ganham. “Ganha o empregador, que volta a contar com esse trabalhador capacitado, ganha o cidadão, que quer ser útil à sociedade, e ganha o Estado, que começa a economizar, porque, na medida em que a pessoa volta a trabalhar, ela deixa de usufruir de um benefício e abre a possibilidade para outra pessoa que realmente precise daquele benefício.” Já o diretor titular do Departamento de Ação Regional da Fiesp, Sylvio Alves de Barros Filho, considera a parceria a abertura de um canal da iniciativa privada com o INSS. “É uma estrada que está sendo aberta, uma tentativa de oferecer possibilidades para os trabalhadores voltarem às suas atividades em condições normais. Do outro lado, a parceria também desonera as empresas, porque elas também pagam por isso [pelo afastamento]”. Além da redução no tempo de afastamento e nos custos da folha de pagamento das empresas, que poderão manter o funcionário contratado, os participantes do programa poderão retornar ao mercado de trabalho com a certificação do Senai-SP e da Reabilitação Profissional do INSS, que permitirá incluir o trabalhador na lei de cotas para pessoas com deficiência.

O Presidente do INSS também assina acordo com a Febraban na área de Reabilitação Profissional e protocolo de intenções do INSS Digital. O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Leonardo Gadelha, visitou dia 19/10/2017, às 16h, a sede da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em São Paulo (SP), para assinar com a entidade um acordo na área de Reabilitação Profissional. O objetivo da parceria é otimizar o processo de reabilitação profissional dos segurados incapacitados para o trabalho, promovendo a redução do tempo de afastamento do trabalhador, com vistas ao seu retorno e à permanência na vida profissional. Leonardo Gadelha foi acompanhado pelo superintendente regional do INSS no Estado de São Paulo, José Carlos Oliveira. Na ocasião, o presidente também assinou com a Febraban um protocolo de intenções relacionado ao INSS Digital. Trata-se de um modelo que consiste na adoção de uma nova forma de atendimento ao cidadão, com maior facilidade, rapidez e segurança no acesso aos serviços previdenciários. O presidente Leonardo Gadelha também tem feito uma peregrinação pelo País para divulgar o novo modelo de atendimento, que transforma a tramitação de processos em papel para o modo digital, tornando mais ágil a análise dos requerimentos, com a distribuição dos processos de forma eletrônica de uma unidade para outra. O INSS Digital abrange também o estabelecimento de Acordos de Cooperação Técnica (ACT) entre o Instituto e organizações representativas, públicas ou privadas, como bancos, associações, sindicatos, entre outros, para facilitar o acesso aos serviços e ao reconhecimento dos direitos dos cidadãos. Com isso, o segurado vinculado a uma dessas organizações pode fazer o pedido de benefício diretamente na entidade, sem precisar ir a uma agência do INSS.

Uma segurada do Mato Grosso do Sul é a primeira a ter concessão automática pelo 135 “Eu sai pulando dentro do serviço e as pessoas acharam que eu estava maluca”, disse a aposentada Maria Beatriz com a carta recebida do INSS em suas mãos. Moradora na cidade de Jardim, localizada 240 quilômetros de Campo Grande (MS), Maria Beatriz é a primeira segurada do INSS no Brasil a ser beneficiária do reconhecimento automático de Direitos, onde o segurado, após receber uma carta do INSS, liga no telefone 135 para confirmar o interesse na aposentadoria e mais alguns dados cadastrais. O benefício é concedido automaticamente pelo telefone, na hora, sem que o interessado precise comparecer a uma agência do INSS. Neste mês de outubro, quase cinco mil cartas foram enviadas aos segurados que reúnem as condições para ter direito automático à aposentadoria por idade. O anúncio da concessão do benefício foi feito pelo presidente do INSS, Leonardo Gadelha, que declarou que o Instituto continua trabalhando para dar mais

comodidade no atendimento aos segurados. Após receber a carta do INSS, o segurado deve confirmar o interesse e alguns dados pessoais, ligando gratuitamente para a Central 135. O Instituto prevê oferecer essa possibilidade para todos os segurados com informações cadastrais consideradas completamente corretas, inclusive para concessão de outros benefícios, no futuro. E foi isso que a segurada Maria Pereira Beatriz fez ao receber a carta. Ela ligou na central 135 e foi atendida. Com os seus dados em mãos e com o código de segurança – que vai impresso na carta do INSS – ela confirmou a decisão de requerer a aposentadoria e recebeu a notícia que seu benefício estava liberado pelo telefone mesmo.

INSS e juízes federais debatem judicialização de processos previdenciários. Tema foi discutido na abertura da 5ª Semana Nacional de Integração com o Judiciário, em Brasília. Temas relacionados à legislação previdenciária foram debatidos dia 23/10, durante a abertura da 5ª edição da Semana Nacional de Integração com o Judiciário, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Advocacia-Geral da União (AGU). O evento pretende evitar a judicialização de processos, abordando, principalmente, alterações na gestão do auxílio-doença após a Lei n 13.457 – publicada em 27 de junho de 2017 – que fixa em 120 dias o prazo para cessação do auxílio-doença nas situações em que o médico perito não determinar uma data para que o segurado volte ao trabalho.

A Instrução Normativa nº 89 de 18 DE OUTUBRO DE 2017, da Presidência do INSS altera a quantidade de contratos ativos para pagamento de empréstimo pessoal e de cartão de crédito por benefício, em atendimento à recomendação prevista no art. 1º da Resolução nº 1.331/CNP /MF, de 30 de agosto de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação: “Art. 4º..... II – respeitada a quantidade máxima de nove contratos ativos para pagamento de empréstimo pessoal e um para o cartão de crédito do mesmo benefício, independentemente de eventuais saldos da margem consignável, sendo somente permitida a averbação de um novo contrato, condicionada à exclusão de um já existente.

Ações do Outubro Rosa na Gerência Executiva Piracicaba: Na Gerência Executiva, a Equipe de Saúde e Qualidade de Vida em parceria com o Núcleo Regional do Programa de Educação Previdenciária (PEP) distribuiu panfletos oferecidos pelo CESM, marcadores de livros e lacinhas rosas lembrando às estagiárias, servidoras e colaboradoras terceirizadas sobre a importância da realização dos exames preventivos de doenças como o câncer. Nesse mês, principalmente, são realizadas campanhas visando estimular

a participação da população no controle do câncer de mama e colo do útero. A data é celebrada anualmente, desde 1990, com o objetivo de compartilhar informações sobre o câncer de mama e colo do útero, promover a conscientização sobre a doença, proporcionar maior acesso aos serviços de diagnóstico e de tratamento e contribuir para a redução da mortalidade. As servidoras, estagiárias e colaboradoras terceirizadas foram questionadas se já fizeram a consulta médica anual, observando os cuidados básicos de sua saúde. Após essa abordagem elas receberam o laquinho rosa para colocar em suas roupas e se transformarem, assim, em multiplicadoras desse alerta. Para que a campanha atinja também o público externo, o núcleo do Programa de Educação Previdenciária (PEP) da Gerência realiza ação de orientação e informação, no período de 6 a 18/10/2017, no Centro Especializado em Saúde da Mulher (CESM) que é um serviço da Prefeitura do Município de Piracicaba e atende mulheres com câncer de mama e de colo do útero, fazendo prevenção, diagnóstico, acompanhamento no pós-operatório e seguimento após quimioterapia e radioterapia. Os médicos que fazem o diagnóstico são os mesmos que fazem a cirurgia nos hospitais conveniados ao SUS. No dia 19/10 a coordenadora local do PEP participou de ação no bairro Sol Nascente na Unidade de Saúde da Família (USF) em ação de orientação e informação.

VIII – DEFINIÇÃO DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO 29/11/2017

Posse dos conselheiros com mandato para os próximos dois anos.

IX – OUTROS ASSUNTOS

A conselheira Simone fala sobre agendamento de auxílio-doença que ficou para fevereiro. Conselheira Lydia explica sobre os problemas que ocorrem no final do ano (férias e recesso com quadro de peritos reduzido), mas informa que não está com agendamento para fevereiro e sim para final de dezembro. Nesse caso, apresentado pela conselheira Simone, ela esclarece que para reagendar é preciso ir à APS. Também ela explica que o importante para a perícia é um bom relatório do médico assistente. Mesmo que volte antes, o médico do trabalho pode receber o trabalhador de volta, e deve preencher o ASO com as informações necessárias sobre o retorno do trabalhador, datas, etc. que deve ser levado, pelo próprio trabalhador, na ocasião do seu exame pericial.

A presidente fala sobre a situação dos servidores que estão com perspectiva de aposentar em 2018 e portanto a tendência é piorar a questão da agenda. Também tem a situação do conhecimento tácito que está se perdendo. Foram somente 4 servidores do

último concurso para toda a região abrangida pela Gerência Executiva. O ideal é que a vaga de uma aposentadoria fosse vinculada à convocação do concurso. Entretanto não é a realidade.

A redução dos peritos impacta diretamente na agenda. Em Limeira, são seis peritos para atender a demanda. A lotação ideal seria de 12 peritos.

Fica combinado que será agendada uma reunião no Conespi para explicar o INSS Digital para todos os associados no mês de novembro.

X – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a presidente do plenário e deste Conselho, Ana Lydia Botão Pereira agradeceu a presença de todos e, às 10h, declarou encerrada a CXIV reunião ordinária do Conselho de Previdência Social de Piracicaba. Para constar, eu, Mônica de Oliveira Pasini, nas funções de secretária deste conselho lavrei esta ata.

Piracicaba 25 de Outubro de 2017.

Ana Lydia Botão Pereira

Presidente do CPS